



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 1/25**

**AVISO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2016 – SJSS**

O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através do Departamento de Compras Governamentais – S.G.A.F., sito à Rua General Osório, 918 – Centro – CEP 96.020.000, Pelotas/RS - Fone Fax: 0XX 53 3921.6048, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob número 86/2016 - SJSS, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância e segurança**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV e Anexo V que acompanham o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 5.064/2008, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006, Lei 11.488/2007 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

**Recebimento das Propostas: das 15h do dia 16/09/2016 às 08:30h do dia 29/09/2016;**

**Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 29/09/2016 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.**

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) Outras informações referente ao edital, poderão ser obtidas no D.C.G. à Rua General Osório, 918 – Centro, através do telefone/fax nº 0xx (53) 3921.6048 ou 3921.6049, acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, para dirimir dúvidas referente ao sistema operacional.

Pelotas, 16 de setembro de 2016.

**Gislaine Duarte Rodrigues**  
Chefe de Compras Governamentais



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 2/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2016 – SJSS**

O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através do Departamento de Compras Governamentais – S.G.A.F., sito à Rua General Osório, 918 – Centro – CEP 96.020.000, Pelotas/RS - Fone Fax: 0XX 53 3921.6048, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob número 86/2016 - SJSS, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância e segurança**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV e Anexo V que acompanham o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 5.064/2008, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006, Lei 11.488/2007 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

**Recebimento das Propostas: das 15h do dia 16/09/2016 às 08:30h do dia 29/09/2016;**

**Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 29/09/2016 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.**

## **I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1 Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2 A realização do procedimento estará a cargo do Departamento de Compras Governamentais – S.G.A.F. e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da Rede Mundial de Computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto a Ecustomize Consultoria em Software Ltda através do portal de compras municipais, acessando o seguinte endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 A Administradora do Pregão Eletrônico, conjuntamente com o Departamento de Compras Governamentais – S.G.A.F. darão sequência ao processo de Pregão.

1.5 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 3/25**

deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6 O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

## **II – DOS PROCEDIMENTOS**

2.1 Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1 Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a **descrição e unidade de fornecimento indicando uma única marca para o produto ofertado**, dos materiais constantes do Anexo I do Edital.

2.2 O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3 Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4 O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor** de acordo com o especificado no Anexo I.

2.5 O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6 O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8 Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9 Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.10 Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da menor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 7, na forma descrita no item 7.1.

2.11 Após análise do **menor lance**, bem como da possibilidade de desempate nos termos dos artigos 44 e



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 4/25**

45 da LC 123/06, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.11.1 Poderão se beneficiar do disposto na LC 123/06 todas as empresas cujos lances situarem-se dentro do limite estabelecido no artigo 44, § 2º da lei supracitada.

2.11.2 Somente poderá ser deferida a possibilidade de desempate às empresas que:

a) no momento do envio das propostas declararem, no campo específico criado pelo *portal decompraspublicas*, a condição de EPP, ME ou Cooperativas;

b) apresentarem novos lances no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento de cada lance e declaração do vencedor.

2.11.3 Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.12 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

### **III – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

3.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**.

3.1.1 Caberá, ao Pregoeiro, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.2 Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3 A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de **03 (três) dias corridos** para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

### **IV – DO OBJETO**

4.1 Constitui objeto do presente Edital a seleção de empresa especializada, com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância e segurança, para atuar na área interna do Centro POP, com a finalidade de fornecer a segurança da equipe de trabalho e dos próprios usuários do Centro POP, bem como, a guarda do patrimônio, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 5/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

4.1.1 Os serviços deverão ser executados por 2 (dois) vigilantes desarmados, para trabalharem de segunda à sexta-feira, no Centro POP, sito à Rua Santos Dumont, 504 – Centro – Pelotas/RS, nos seguintes horários:

- 01 vigilante das 08:30h às 14:30h; e
- 01 vigilante das 11:00h às 17:00h.

4.1.2 A execução dos serviços deverá ser feita por equipe qualificada, devidamente uniformizada e identificada.

4.1.3 O período de contratação será de 12 (doze) meses.

4.2 Os serviços, objeto desta licitação, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos após exame técnico efetuado pela Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança por funcionário capacitado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser imediatamente substituídos pelo fornecedor.

#### **V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1 É vedada a participação de:

- a - empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b - empresas sob processo de falência ou concordata;
- c - empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d - empresas consorciadas;
- e - empresas que não possuam atividade compatível com o objeto da presente licitação; e
- f – cooperativas.

5.2 As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

#### **VI - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**6.1 O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, após a vírgula com arredondamento, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.**

**6.1.1 O preço unitário poderá ser aceito com até quatro casas decimais, desde que o valor final atenda ao disposto no item 6.1.**

6.2 Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

6.3 O pagamento da empresa vencedora será feito, mensalmente, após a emissão do empenho e assinatura do contrato, após a efetiva execução dos serviços, mediante a Nota Fiscal, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira deste Município.

6.4 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

6.5 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 6/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.6 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

6.7 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.8 A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da dotação nº. 08.244.0102.2174.00 / 3.3.90.39.00.00.00 da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança.

## **VII – DO REAJUSTE**

7.1 A cada 12 (doze) meses o valor do contrato poderá ser reajustado, por solicitação da empresa contratada, com base em “Convenção Coletiva de Trabalho” ou “Dissídio Coletivo” devidamente comprovado.

## **VIII - DA HABILITAÇÃO**

8.1 Para **habilitação**, deverá a empresa vencedora apresentar, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, até **2 (dois) dias úteis** após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços, juntamente com a **Planilha de Custos e Formação dos Preços e Proposta Financeira**, contendo os valores (unitários e totais), *descrição e marca/modelo*, onde o valor deverá ser igual ou menor ao lance vencedor, conforme dispõe o item 8.1.1 e 8.1.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em cópias autenticadas, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. **Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sito à Rua General Osório, 918 – Centro – CEP 96.020.000, Pelotas/RS.**

8.1.1 A Proposta de preço deverá consignar expressamente, o **valor TOTAL ANUAL do serviço**, em moeda nacional (R\$). Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço do objeto. Deverá também, ser indicado o nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas, bem como deverá constar o nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário.

**8.1.2 Deverá ser apresentada Planilha de Custos e Formação dos Preços conforme modelo constante do Anexo III:**

8.1.2.1 Valor da remuneração, vigente na data de apresentação da proposta, fixada para a categoria profissional em acordo coletivo de trabalho ou outro equivalente, englobando salário e demais vantagens estabelecidas na legislação trabalhista, excetuando-se vantagens não obrigatórias e que resultam de incentivos fiscais;

8.1.2.2 Encargos sociais incidentes sobre a remuneração fixada, minuciosamente discriminados e expressos sob forma de percentual;

8.2 Caso haja incidência de ICMS e/ou IPI, as alíquotas desses tributos deverão estar destacadas na proposta.

8.3 Caso haja redução de base de cálculo de qualquer tributo, a mesma deverá ser destacada na proposta,



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 7/25**

devidamente justificada.

8.4 As propostas deverão atender integralmente o Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

8.5 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

8.6 Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurar o Departamento de Compras Governamentais – S.G.A.F., após a confirmação do vencedor para proceder a autenticação.

**8.7 Os documentos deverão ser apresentados na ordem estabelecida no edital e numerados, não devendo ser entregues soltos.**

8.8 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 90 (noventa)** dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica (quando exigidos no item 8.2).

8.9 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO e a PLANILHA DE ITENS deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2016 – SJSS  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:  
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

**8.2 – Documentos relativos à habilitação:**

8.2.1 Cópia autenticada do contrato social ou Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do respectivo Estado.

8.2.2 No caso de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Cooperativas deverão as mesmas comprovarem sua condição de ME, EPP através da opção pelo SIMPLES NACIONAL nos termos da Lei Complementar nº 123/06 ou ainda como Cooperativa, nos termos do Art. 34 da Lei 11.488/2007, comprovando no ano calendário anterior, receita bruta até o limite definido no Inciso II do Caput do Art. 3º da LC 123/06, ou através de comprovação de enquadramento na Junta Comercial.

8.2.3 Apresentação das declarações descritas conforme o Anexo II deste edital.

8.2.4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de todos os tributos municipais do domicílio ou sede do proponente.

8.2.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e de Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Receita Federal.

8.2.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 8/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.

8.2.8 Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.2.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

8.2.10 Comprovação de registro no Conselho Regional de Administração – CRA da empresa proponente.

8.2.11 Alvará de autorização de funcionamento fornecido pelo Ministério da Justiça, bem como autorização para atuar no Estado do Rio Grande do Sul, fornecido pela Polícia Federal, ou Brigada Militar (GSVG) com validade na data de entrega da documentação.

8.2.12 Declaração fornecida por empresa de formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada pelo órgão competente do Departamento de Polícia Federal, de que a licitante vem reciclando regularmente seus vigilantes, na matriz e filiais se existir. No caso da licitante, comprovadamente ser também empresa autorizada a formar e reciclar vigilantes poderá apresentar declaração própria de que vem cumprindo regularmente tal exigência.

8.2.13 Atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, comprovando a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

8.2.13.1 Os atestados registrados em outra jurisdição deverão ser visados pelo CRA/RS, conforme artigo 8º § 5º da Resolução CFA nº 304/2005.

8.2.14 Apresentação do atestado de visita onde conste que a empresa visitou e reconheceu o local a serem realizados os serviços, conforme o Anexo IV.

8.2.15 Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.

8.2.16 A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

8.2.17 A documentação exigida para atender a qualificação jurídica e a regularidade fiscal ao disposto nos itens 8.2.4, 8.2.5, 8.2.6, 8.2.7 e 8.2.8 poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, **pelo extrato do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores)**, com validade plena; conforme Decreto 5.064 de 24 de março de 2008, ou

8.2.17.1 A documentação exigida para atender a qualificação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista ao disposto nos itens 8.2.1, 8.2.4, 8.2.5, 8.2.6, 8.2.7, 8.2.8 e 8.2.9 poderá ser substituída, pelo **CRC (Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas)**, com validade plena, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93.

8.2.17.1.1 As empresas interessadas poderão requerer o Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, no Departamento de Compras Governamentais da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira até o terceiro dia útil anterior à data de recebimento dos envelopes, desde que o requerimento seja deferido até esta data.

8.2.17.1.2 O prazo de 03 (três) dias úteis também deverá ser respeitado pelas empresas que necessitarem atualização do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas.





D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 9/25**

8.2.18 Os documentos exigidos na licitação que o **extrato do SICAF ou CRC** não substituir deverão ser apresentados pela licitante. Ressalte-se que o **extrato do SICAF ou CRC** que apresentar documentos com prazo de validade vencido, só será aceito para fins de habilitação em procedimento licitatório, se vier acompanhado dos novos documentos válidos.

**IX – DO PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO**

9.1 O Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, quando não houver recurso. Ficará a cargo da Autoridade Competente adjudicar o objeto, quando houver interposição de recursos e, homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a receber a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato dentro do prazo de no máximo, 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.

9.2 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia posterior ao dia de abertura do Pregão.

9.3 A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta e no prazo e condições estabelecidas no item 8.1, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a receber o Empenho e/ou assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

9.4 Decorrido o prazo do item 8.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para o recebimento da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

9.4.1 multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

9.4.2 impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**X - DAS PENALIDADES**

10.1 O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

- a) o prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação;
- b) caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial;
- c) as penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no *portaldecompraspublicas*, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;
- d) somente a autoridade que registrou as penalidades no *portaldecompraspublicas* poderá fazer a sua retirada.



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 10/25**

10.2 Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2.1 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

10.2.2 Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 9.2, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

10.2.3 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Pregoeiro, o qual o encaminhará à Secretaria requisitante do presente processo licitatório que deverá decidir sobre os mesmos no prazo de 03 (três) dias úteis.

## **XI - DAS OBRIGAÇÕES**

### **11.1 –Do Município:**

11.1.1 Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

11.1.2 Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

11.1.3 Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

11.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada conforme disposto no item 6.3, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

11.1.5 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

### **11.2 - Da Empresa Vencedora:**

11.2.1 Prestar os serviços de vigilância diurna, fornecendo os equipamentos e artefatos inerentes ao desempenho de suas funções;

11.2.2 Fornecer a seus empregados aparelho rádio comunicador;

11.2.3 Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com os dispostos no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho: calça, camisa de mangas curtas; cinto de nylon; sapatos; meias; quepe com emblema; jaqueta de frio ou japona; capa de chuva; crachá; colete à prova de bala; livro de ocorrência; cassetete; lanterna de 3



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 11/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

(três) pilhas e pilhas para lanterna;

11.2.4 Substituir os uniformes, a cada 06 (seis) meses, sendo 02 (dois) conjuntos para cada empregado;

11.2.5 Zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando for o caso;

11.2.6 Efetuar a reposição de mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

11.2.7 Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação do Posto, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

11.2.8 Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da CONTRATANTE;

11.2.9 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos vigilantes;

11.2.10 Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade do seu pessoal, bem como, as ocorrências dos Postos de serviço;

11.2.11 Atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições de mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços;

11.2.12 Instruir o vigilante quanto à necessidade de acatar as orientações do fiscal da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

11.2.13 Inspeccionar o posto, por seus encarregados, obrigatoriamente, no mínimo, 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos alternados recolhendo assinatura comprovatória de sua estada no local, quando enviar documentação para pagamento encaminhar o comprovante de visita ao posto anexado;

11.2.14 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente ao setor competente da contratante, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente a força de trabalho alocada às atividades objeto desta licitação, sem o que, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas à Administração, para liquidação;

11.2.15 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade de vigilância em geral;

11.2.16 Exercer vigilância em todas as áreas, nas dependências internas, com rondas de rotina programadas nas vias de acesso;

11.2.17 Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

11.2.18 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 12/25**

sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;

11.2.19 Manter durante a vigência do Contrato, e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação, com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;

11.2.20 Manter um representante em Pelotas / RS, com telefone e com total autonomia para resolver de imediato qualquer discordância existente entre o contrato e a execução dos serviços.

## **XII – DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

12.1 O serviço de vigilância e segurança, para o Centro POP, deverá ser executado por um período de 12 (doze) meses, a contar do recebimento de empenho e da assinatura do contrato.

12.2 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

12.3 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato (empenho), ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

13.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.3 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.4 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.5 No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

13.6 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Pelotas/RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.7 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras Governamentais – S.G.A.F. pelo telefone: (53) 3921.6048, fax (53) 3921.6049, bem como o envio de documentação, serão atendidos durante o expediente, de segunda a sexta-feira das 08:30h às 13:30h, ou via e-mail [smf.licitar@pelotas.com.br](mailto:smf.licitar@pelotas.com.br)

13.8 Fazem parte deste Edital:  
Anexo I – Termo de Referência – Objeto;



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 13/25**

Anexo II – Declaração;  
Anexo III – Planilha de Custos e Formação dos Preços;  
Anexo IV – Atestado de Visita; e  
Anexo V – Minuta de Contrato.

Pelotas, 16 de setembro de 2016.

**Gislaine Duarte Rodrigues**  
Chefe de Compras Governamentais



D.C.G.

Fls. \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 14/25**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2016 – SJSS**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA – OBJETO**

**I - Especificações do objeto:**

<i>ITEM</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>
1	unidade	1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância e segurança.

a) Constitui objeto do presente Edital a prestação de serviços de vigilância e segurança, para atuar na área interna do Centro POP, com a finalidade de fornecer a segurança da equipe de trabalho e dos próprios usuários do Centro POP, bem como, a guarda do patrimônio.

b) Os serviços deverão ser executados por 2 (dois) vigilantes desarmados, para trabalharem de segunda à sexta-feira, no Centro POP, sito à Rua Santos Dumont, 504 – Centro – Pelotas/RS, nos seguintes horários:

- 01 vigilante das 08:30h às 14:30h; e

- 01 vigilante das 11:00h às 17:00h.

c) A execução dos serviços deverá ser feita por equipe qualificada, devidamente uniformizada e identificada.

**II - Prazo:** O serviço de vigilância e segurança, para o Centro POP, deverá ser executado por um período de 12 (doze) meses, a contar do recebimento de empenho e da assinatura do contrato.

**III - Pagamento:** O pagamento da empresa vencedora será feito, mensalmente, após a emissão do empenho e assinatura do contrato, após a efetiva execução dos serviços, mediante a Nota Fiscal, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira deste Município.



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 15/25**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....,  
sediada ....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a).....,  
portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF nº ....., declara,  
perante à Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;
- e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e
- f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

Cidade – (UF), ..... de..... de 2016.

\_\_\_\_\_  
(nome do representante legal)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 16/25

D.C.G.

Fls. \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS		
Nº PROCESSO		
LICITAÇÃO		
	Dia	
	Hora	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES A CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação das propostas	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Tipo de Serviço	
E	Unidade de Medida	
F	Quantidade Total a contratar	
G	Nº de Meses de Execução Contratual	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS POR POSTO/MÊS

		%	QTD.	VALORES	
1	Descrição			Unitário	Total
2	Salário normativo				
3	Cat. Profissional. (vinc. à exec. Cont.)				
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)				

I	Composição da Remuneração	%	QTD.	Unitário	Total
A	Salário				
B	Adicional Periculosidade				
C	Adicional insalubridade				
D	Outros (especificar)				
Total de Remuneração					

II	Benefícios mensais e diários	%	QTD.	Unitário	Total
A	Transporte				
B	Auxílio alimentação (vales, cestas básicas etc)				
C	Assistência médica e familiar				
D	Auxílio creche				
E	Seguro de vida, invalidez e funeral				





D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 17/25**

<b>F</b>	Outros (especificar)				
<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>					

<b>III</b>	<b>Insumos diversos</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	Uniformes				
<b>B</b>	Materiais				
<b>C</b>	Equipamentos				
<b>D</b>	Outros (especificar)				
<b>Total de Insumos diversos</b>					

<b>IV.I</b>	<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	INSS				
<b>B</b>	Salário Educação				
<b>C</b>	FGTS				
<b>D</b>	Seguro acidente do trabalho				
<b>Total de Encargos</b>					

<b>IV.II</b>	<b>13º salário e Adicional de férias</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	13º salário				
<b>B</b>	Adicional de férias				
<b>Subtotal</b>					
<b>C</b>	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias				
<b>Total</b>					

<b>IV.III</b>	<b>Provisão de rescisão</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	Aviso prévio indenizado				
<b>B</b>	Incidência de FGTS sobre aviso prévio indenizado				
<b>C</b>	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado				
<b>D</b>	Aviso prévio trabalhado				
<b>E</b>	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado				
<b>F</b>	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado				
<b>Total</b>					

<b>IV.IV</b>	<b>Composição de custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	Férias				
<b>B</b>	Ausência por doença				
<b>C</b>	Licença paternidade				
<b>D</b>	Ausências legais				
<b>E</b>	Ausência por acidente de trabalho				
<b>F</b>	Outros				



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 18/25**

<b>Subtotal</b>					
<b>G</b>	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição				
<b>Total</b>					

<b>V</b>	<b>Resumo módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>4.1</b>	13º salário + adicional de férias				
<b>4.2</b>	Encargos previdenciários e FGTS				
<b>4.3</b>	Afastamento maternidade				
<b>4.4</b>	Custo de rescisão				
<b>4.5</b>	Custo de reposição do profissional ausente				
<b>4.6</b>	Outros				
<b>Total</b>					

<b>VI</b>	<b>Custos Indiretos, tributos e lucro</b>	<b>%</b>	<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	Custos indiretos				
<b>B</b>	Tributos				
	B.1 federais				
	B.2 estadual				
	B.3 municipal				
<b>C</b>	Lucro				
<b>Total</b>					

**Anexo III – B Quadro-resumo do custo por empregado**

	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual</b>		<b>QTD.</b>	<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
<b>A</b>	Módulo 1 – Composição da remuneração				
<b>B</b>	Módulo 2 – Benefícios mensais e diários				
<b>C</b>	Módulo 3 – Insumos diversos				
<b>D</b>	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas				
	Subtotal (A+B+C+D)				
<b>F</b>	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro				
<b>Valor total por empregado</b>					

**Anexo III – C Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

<b>Tipo de serviço (A)</b>	<b>Valor proposto por empregado (B)</b>	<b>Qtde de empregos por posto ©</b>	<b>Valor por posto (D) = (B x C)</b>	<b>Qtde de postos (E)</b>	<b>Valor total de serviço (F)=(DxE)</b>
----------------------------	---	-------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------	---



D.C.G.

Fls. \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 19/25**

Serviço 1	R\$		R\$		R\$
<b>Valor mensal dos serviços (I+II+III)</b>					



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 20/25**

D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ATESTADO DE VISITA**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância e segurança, na área interna do Centro POP, sito à Rua Rua Santos Dumont, 504 – Centro – Pelotas/RS.

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

Atestamos que a empresa acima identificada, na pessoa do seu responsável técnico, visitou o local onde devem ocorrer os serviços de vigilância e segurança, na área interna do Centro POP, com a finalidade de fornecer a segurança da equipe de trabalho e dos próprios usuários do Centro POP, bem como, a guarda do patrimônio.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do responsável da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 21/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

**MINUTA CONTRATO Nº...../2016.**

Contrato Administrativo para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PELOTAS** e a empresa .....

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com Prefeitura na Praça Cel. Pedro Osório, nº 101, inscrito no CNPJ/MF sob nº 87.455.531/0001-57, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite**, brasileiro, solteiro, Bacharel em Direito, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.947.750-29, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a ....., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na ..... nº ..... na cidade de Pelotas - RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representada pelo Sr. ...., inscrito no CPF/MF sob nº ....., de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA**, de acordo com o Pregão nº 86/2016 – SJSS e o disposto na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto Municipal nº 5.064/2008 e demais legislações aplicáveis que regem a espécie, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de vigilância e segurança, para atuar na área interna do Centro POP, com a finalidade de fornecer a segurança da equipe de trabalho e dos próprios usuários do Centro POP, bem como, a guarda do patrimônio, conforme especificações contidas no Edital.

§ 1º - Os serviços deverão ser executados por 2 (dois) vigilantes desarmados, para trabalharem de segunda à sexta-feira, no Centro POP, sito à Rua Santos Dumont, 504 – Centro – Pelotas/RS, nos seguintes horários:

- 01 vigilante das 08:30h às 14:30h; e
- 01 vigilante das 11:00h às 17:00h.

§ 2º - A execução dos serviços deverá ser feita por equipe qualificada, devidamente uniformizada e identificada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

O serviço de vigilância e segurança deverá ser executado, a partir do recebimento da nota de empenho e da assinatura deste instrumento, por um período de 12 (doze) meses, no Centro POP, sito à Rua Santos Dumont, 504 – Centro – Pelotas/RS.

**Parágrafo Único** - Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a SJSS não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

Compete à **CONTRATADA**:

- a) A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços de vigilância diurna, fornecendo os equipamentos e artefatos inerentes ao desempenho de suas funções;
- b) A **CONTRATADA** deverá fornecer a seus empregados aparelho rádio comunicador;



D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 22/25**

- c) A **CONTRATADA** deverá fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com os dispostos no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho: calça, camisa de mangas curtas; cinto de nylon; sapatos; meias; quepe com emblema; jaqueta de frio ou japona; capa de chuva; crachá; colete à prova de bala; livro de ocorrência; cassetete; lanterna de 3 (três) pilhas e pilhas para lanterna.
- d) A **CONTRATADA** deverá substituir os uniformes, a cada 06 (seis) meses, sendo 02 (dois) conjuntos para cada empregado;
- e) A **CONTRATADA** deverá zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando for o caso;
- f) A **CONTRATADA** deverá efetuar a reposição de mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- g) A **CONTRATADA** deverá prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação do Posto, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- h) A **CONTRATADA** deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela **CONTRATANTE**, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da **CONTRATANTE**;
- i) A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos vigilantes;
- j) A **CONTRATADA** deverá registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade do seu pessoal, bem como, as ocorrências dos Postos de serviço;
- k) A **CONTRATADA** deverá atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições de mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- l) A **CONTRATADA** deverá instruir o vigilante quanto à necessidade de acatar as orientações do fiscal da **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- m) A **CONTRATADA** deverá inspecionar o posto, por seus encarregados, obrigatoriamente, no mínimo, 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos alternados recolhendo assinatura comprovatória de sua estada no local, quando enviar documentação para pagamento encaminhar o comprovante de visita ao posto anexado;
- n) A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente ao setor competente da **CONTRATANTE**, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente a força de trabalho alocada às atividades objeto desta licitação, sem o que, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas à Administração, para liquidação;
- o) A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade de vigilância em geral;
- p) A **CONTRATADA** deverá exercer vigilância em todas as áreas, nas dependências internas, com rondas de rotina programadas nas vias de acesso;
- q) A **CONTRATADA** deverá fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- s) A **CONTRATADA** deverá responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;
- t) A **CONTRATADA** deverá manter durante a vigência deste contrato, e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação, com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;
- u) A **CONTRATADA** deverá manter um representante em Pelotas / RS, com telefone e com total autonomia para resolver de imediato qualquer discordância existente entre este instrumento e a execução



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 23/25**

D.C.G. Fls. _____ Visto _____
-------------------------------------

dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

O valor total do presente contrato é de R\$ xxx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxx), correspondente à prestação de serviços de vigilância e segurança.

**Parágrafo Único** - Fica expressamente estabelecido que o preço acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, tais como: despesas diretas e indiretas, fretes, seguros em geral, impostos, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas atinentes à execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será feito, mensalmente, em moeda corrente nacional e liberados, conforme a efetiva execução dos serviços e após conferência da Nota Fiscal pelo órgão competente da **CONTRATANTE**, em conta corrente específica da **CONTRATADA**, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente deste Contrato será atendida com recurso da seguinte dotação orçamentária nº: 08.244.0102.2174.00 /3.3.90.39.00.00.00 da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

O recebimento do produto será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança, ou através de qualquer outro órgão pela **CONTRATANTE** designado.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

A cada 12 (doze) meses o valor do contrato poderá ser reajustado, por solicitação da **CONTRATADA**, com base em “Convenção Coletiva de Trabalho” ou “Dissídio Coletivo” devidamente comprovado.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, da propositura da competente ação civil de ressarcimento do município dos prejuízos decorrentes da inadimplência contratual, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Fatura ou Nota Fiscal do respectivo fornecimento, no caso de atraso ou negligência no cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Suspensão do direito de licitar num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave, com anotação no registro cadastral; e

**Parágrafo Único** – Para efeito da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica estabelecido o direito ao contraditório e a ampla defesa, nos termos do que dispõe o artigo 87 da lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

a) o contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à **CONTRATADA**, nos casos previstos no Edital e neste contrato de aquisição de bens.

b) a rescisão unilateral nos termos do item anterior, ocorrerá conforme Artigo 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 :

- b.1) pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b.2) pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- b.3) pela lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- b.4) pelo atraso injustificado no início do fornecimento;



D.C.G.

Fls. \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 24/25**

- b.5) pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- b.6) pela sub contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no contrato;
- b.7) pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- b.8) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 da Lei 8.666/93;
- b.9) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- b.10) pela dissolução ou extinção da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;
- b.11) pelas razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o contrato;
- b.12) pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- c) A inexecução total ou parcial do contrato por culpa da **CONTRATADA** enseja sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em Lei de acordo com os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) Caso a **CONTRATANTE** não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento do valor dos produtos, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recurso, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, ficando a mesma suspensa até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente e o disposto na Cláusula Décima Segunda deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

O presente contrato vincula-se às condições do Edital do Pregão e à proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Aplica-se à execução deste contrato, e a casos omissos, à Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002 e o Decreto Municipal nº 5.064/2008.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA COMPATIBILIZAÇÃO**

Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

As partes elegem o Foro de Pelotas, abrindo mão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como sendo o único e competente para dirimir as dúvidas decorrentes do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam seus jurídicos efeitos.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**S.G.A.F. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 25/25**

D.C.G.  
Fls. \_\_\_\_\_  
Visto \_\_\_\_\_

Pelotas, .....de ..... de 2016.

EDUARDO FIGUEIREDO CAVALHEIRO LEITE  
PREFEITO MUNICIPAL  
**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_\_\_

Visto:

Procuradoria Geral do Município